

Brasília-DF, 05 de agosto de 2026



Nem reconstruir, nem reinventar, o sindicalismo precisa voltar a pulsar

O debate entre reconstrução, reinvenção e resistência revela que o maior desafio do movimento sindical talvez seja outro: revitalizar sua capacidade de representar, mobilizar e transformar o mundo do trabalho sem abandonar sua missão histórica.



Campanha Salarial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.
Foto: Adonis Guerra

Há debates que produzem vencedores. Outros produzem sínteses. Felizmente, a recente reflexão em torno do futuro do sindicalismo brasileiro parece caminhar na segunda direção.

O artigo do professor Railton Nascimento Souza, “Que sindicalismo o Brasil precisa (re)construir?”¹, parte da constatação de que a ofensiva neoliberal desestruturou instituições, direitos e formas tradicionais de organização dos trabalhadores. Em seguida, meu texto — “Para além da reconstrução: que sindicalismo o Brasil precisa reinventar?”² — sustentou que reconstruir, embora necessário, talvez não bastasse diante das profundas transformações tecnológicas, produtivas e sociais das últimas décadas.

A jornalista Carolina Maria Ruy acrescentou uma terceira perspectiva em “Nem reconstruir, nem reinventar: o sindicalismo deve resistir e cumprir sua missão histórica”³. O argumento dela é um alerta

oportuno: reinventar não pode significar abandonar a identidade histórica dos sindicatos nem relativizar sua função essencial de organizar os trabalhadores para enfrentar a exploração do trabalho.

Lidos em conjunto, os 3 textos revelam menos divergências do que aparentam. Na realidade, iluminam diferentes dimensões do mesmo problema.

A falsa disputa entre tradição e inovação

Parte importante do movimento sindical parece aprisionada numa falsa escolha.

De um lado, há quem considere suficiente reconstruir o que existia antes da Reforma Trabalhista de 2017, como se fosse possível restaurar um mundo do trabalho que simplesmente deixou de existir.

De outro, surgem vozes que defendem reinvenção tão profunda que, em alguns casos, quase dissolvem a própria razão de existir das organizações sindicais. Nenhum desses extremos parece responder aos desafios contemporâneos.

Não há retorno possível ao passado. Mas tampouco faz sentido romper com patrimônio histórico construído ao longo de mais de um século de lutas sociais. O sindicalismo não precisa escolher entre memória e futuro. Precisa conectar ambos.

A missão permanece; o contexto mudou

A essência dos sindicatos continua rigorosamente atual. Organizar trabalhadores. Equilibrar relações desiguais entre capital e trabalho. Negociar direitos. Produzir solidariedade coletiva. Fortalecer a democracia. Nada disso perdeu validade.

O que mudou foi o ambiente onde essa missão precisa ser exercida.

O trabalhador industrial clássico já não ocupa sozinho o centro do mercado de trabalho. Crescem os trabalhadores de plataformas digitais, os terceirizados, os intermitentes, os autônomos economicamente dependentes, os profissionais altamente qualificados, os trabalhadores informais e milhões de pessoas submetidas a formas híbridas de contratação.

A fragmentação tornou-se talvez o maior aliado do capital contemporâneo. E exatamente por isso a representação coletiva torna-se ainda mais necessária.

Revitalizar é diferente de reinventar

Talvez a palavra que sintetize melhor esse desafio não seja reconstrução. Nem reinvenção. Muito menos mera resistência. Talvez seja revitalização.

Brasília-DF, 05 de agosto de 2026

Revitalizar significa devolver vitalidade a algo cuja essência continua válida. Não implica negar sua história, mas permitir que essa continue produzindo futuro.

Uma árvore centenária não permanece viva porque substitui suas raízes. Permanece porque continuamente renova folhas, galhos e frutos.

Com os sindicatos ocorre algo semelhante. Sua identidade histórica não constitui obstáculo à modernização. Ao contrário.

É justamente essa que lhes confere legitimidade para enfrentar novas formas de exploração.

O desafio não é tecnológico. É político

Há quem atribua as dificuldades do sindicalismo atual às redes digitais, à inteligência artificial ou às novas formas de trabalho. Esses fatores importam. Mas talvez o problema seja mais profundo.

Durante décadas consolidou-se uma cultura individualista que apresentou direitos como privilégios, negociação coletiva como obstáculo ao crescimento econômico e sindicatos como instituições dispensáveis.

O resultado foi paradoxal. Os trabalhadores perderam poder de negociação exatamente quando o mercado de trabalho se tornou mais instável.

Quanto mais individualizada ficou a relação entre capital e trabalho, maior se tornou a assimetria entre ambos.

Não por acaso, onde sindicatos permanecem fortes, salários, proteção social e produtividade tendem a caminhar juntos.

Revitalizar significa voltar a organizar esperança

A revitalização sindical exige inovação tecnológica, comunicação digital eficiente, presença permanente nos locais de trabalho, diálogo com a juventude, atuação junto aos trabalhadores por aplicativos, qualificação de dirigentes, transparência e novas formas de financiamento.

Mas exige algo ainda mais importante. Recuperar sua capacidade de produzir pertencimento coletivo.

Nenhuma plataforma digital substituirá aquilo que sempre constituiu a maior força do sindicalismo: transformar problemas individuais em causas coletivas.

Essa continua sendo sua vantagem estratégica diante

de mercado que prospera justamente fragmentando trabalhadores.

O futuro nasce da síntese

Os 3 artigos contribuem para o debate que o movimento sindical precisa fazer. Railton lembra que há estruturas a reconstruir. Meu texto sustenta que há práticas a renovar. Carolina Maria Ruy recorda que existe uma missão histórica que não pode ser abandonada.

Talvez nenhum dos 3, isoladamente, esgote a resposta. Mas juntos apontam, talvez, para síntese mais promissora. O sindicalismo brasileiro não será salvo pela nostalgia. Nem por modismos organizacionais.

Seu futuro dependerá da capacidade de revitalizar sua energia histórica, preservar sua identidade e atualizar seus instrumentos para representar um mundo do trabalho radicalmente diferente daquele que lhe deu origem.

Porque as instituições não permanecem relevantes apenas por existirem. Permanecem porque conseguem renovar sua capacidade de transformar a realidade.

É exatamente essa vitalidade — mais do que a reconstrução, a reinvenção ou a simples resistência — que definirá o lugar do sindicalismo no Brasil das próximas décadas.

Marcos Verlaine é Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do Hora do Povo (HP)

¹ *Que sindicalismo o Brasil precisa (re)construir?*, – Portal Vermelho, 9 de julho de 2026 – <https://vermelho.org.br/coluna/que-sindicalismo-o-brasil-precisa-reconstruir/>

² *Para além da reconstrução: que sindicalismo o Brasil precisa reinventar?* – Agência DIAP, 13 de julho de 2026 – <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/93039-para-alem-da-reconstrucao-que-sindicalismo-o-brasil-precisa-reinventar>

³ *Nem reconstruir, nem reinventar: o sindicalismo deve resistir e cumprir sua missão histórica* – Hora do Povo, 21.07.26 – <https://horadopovo.com.br/nem-reconstruir-nem-reinventar-o-sindicalismo-deve-resistir-e-cumprir-sua-missao-historica/>

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasília-DF, 05 de agosto de 2026

Centrais alinham panfletagem para o Dia Nacional de Luta

Secretários-gerais das centrais sindicais definem ações de panfletagem para mobilizar trabalhadores durante toda a semana em diversos estados



A sede da UGT, em São Paulo, recebeu a reunião dos secretários-gerais das centrais sindicais para organizar, de forma conjunta, a panfletagem nacional do Dia de Luta, que começa em 10 de agosto e se estende por toda a semana.

Durante o encontro, os dirigentes definiram estratégias conjuntas para ampliar a mobilização, fortalecer a unidade sindical e dialogar diretamente com trabalhadores em diversos estados brasileiros.

Além disso, as centrais estabeleceram um cronograma unificado para distribuir materiais informativos durante toda a semana, intensificando as atividades preparatórias para o dia 10 nacional.

A panfletagem ocorrerá em fábricas, terminais, estações, locais públicos e principais regiões industriais, ampliando o alcance das informações e incentivando maior participação popular organizada.

As ações também reforçarão a campanha pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da escala 6x1 e pela valorização dos direitos trabalhistas históricos conquistados.

O secretário-geral da UGT e anfitrião da reunião, Canindé Pegado, disse que receber as centrais sindicais na sede da UGT reforça o compromisso com a unidade de ação.

“A mobilização da semana do Dia Nacional de Luta mostrará que, quando o movimento sindical atua de forma conjunta, amplia sua capacidade de dialogar com os trabalhadores e fortalecer a defesa da redução da jornada, do fim da escala 6x1 e dos direitos da classe trabalhadora”, afirmou.

Já o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos

Gonçalves (Juruna), reforçou que a unidade das centrais sindicais será fundamental para fortalecer a mobilização em todo o País.

“A panfletagem levará informação diretamente aos trabalhadores e reforçará a importância da redução da jornada, do fim da escala 6x1 e da participação de todos no Dia Nacional de Luta.”

Por fim, os secretários-gerais reafirmaram o compromisso das centrais sindicais com a mobilização unitária, buscando fortalecer a participação dos trabalhadores nas atividades programadas nacionalmente.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Lula vai a Getúlio Vargas!



A história vai mostrando Getúlio e Lula como os dois maiores líderes brasileiros no período de um século. Melhor ainda: a história presente parece permitir um encontro entre o trabalhismo e o lulismo.

Todos nós, que almejamos um Brasil soberano e um povo ativo, devemos trabalhar para que esse encontro, manifestado agora, durante o período eleitoral, se transforme numa aliança efetiva. E a aliança evolua para um programa nacionalista e desenvolvimentista.

A que devemos esse encontro histórico das duas figuras? Ao amadurecimento político de Lula, ao avanço de sua consciência política e à percepção de que temos de nos apoiar na própria história a fim de vencer a direita agressiva e entreguista.

Amizade são gestos. Mas alianças políticas exigem gestos mais concretos ainda. Num quarto governo Lula, o Brasil precisará resgatar o Ministério do Trabalho, para que a Pasta ocupe posição central na administração nacional e o futuro ministro venha ser uma voz ativa na gestão do País e nas ações estratégicas de governo.

Brasília-DF, 05 de agosto de 2026

Ultimamente, Lula tem falado com frequência em soberania. Parece que ele vê aí uma questão vital para a sobrevivência do Brasil e nosso futuro enquanto Nação. Soberania é o pilar estratégico do trabalhismo getulista.

A direita sempre buscou intrigar o trabalhismo com o petismo. Setores da esquerda, lamentavelmente, embarcaram na onda. Esse afastamento agravou diferenças e impediu que as duas forças operassem a partir das afinidades.

Lula, a seu modo, está dizendo que sim, que é hora de promover o encontro dessas duas correntes e de materializar a aliança capaz de mover as melhores energias nacionais. E nós, progressistas, temos o dever de nos engajar nessa tarefa, já, agora, no presente processo eleitoral.

João Franzin. Jornalista da Agência Sindical.

Fonte: Agência Sindical

Desenrola Brasil 2.0: renegociação de dívidas tem prazo prorrogado

Desenrola Brasil 2.0 foi oficialmente prorrogado. Descubra como isso pode ajudar na regularização de suas dívidas.



O Desenrola Brasil pode ajudar na renegociação de dívidas bancárias com prazos até 31 de agosto. Foto: Tomás Silva

A prorrogação do programa de renegociação de dívidas bancárias, o Desenrola Brasil 2.0, foi oficializada no sábado (1º), em portaria do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União. A medida já havia sido anunciada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Os consumidores terão até 31 de agosto para renegociar os débitos com os bancos e regularizar a situação de acesso ao crédito.

As regras do Desenrola permanecem inalteradas e, de

acordo com a portaria, a prorrogação aplica-se exclusivamente às instituições financeiras que tenham celebrado, até 30 de julho de, no mínimo 1 mil operações de crédito com garantia do Fundo de Garantia de Operações (FGO).

Na ocasião do anúncio, Durigan ressaltou que a medida não exigirá novos aportes públicos ao FGO, uma vez que os recursos destinados ao programa já são suficientes para atender à demanda prevista. O objetivo do prazo adicional é permitir que pessoas que ainda estão em negociação com instituições financeiras consigam concluir o processo de regularização.

O ministro destacou que a prorrogação também beneficia quem pretende contratar financiamentos. De acordo com ele, entre os beneficiados estão os motoristas de aplicativo, taxistas, entregadores e caminhoneiros que pretendem trocar de veículo por meio do [Programa Move Brasil](#).

Fonte: Rádio Peão Brasil

PLENÁRIA NACIONAL CNTI 80 ANOS



**UNIDOS NA LUTA,
PRESENTES NO FUTURO.**

14 a 18 de SETEMBRO de 2026

Local:
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA